

Fronteiras

Revista Catarinense de História

Apresentação

O Meio Ambiente é tema incontornável no cenário político, econômico e social contemporâneo. Apresenta-se também como um dos maiores desafios do século XXI, exigindo respostas integradas que articulem conhecimento científico, ação política e transformação educativa para, se não evitar, ao menos amenizar o cenário de crise que se apresenta. Neste contexto, a História Ambiental surge como campo privilegiado para compreender as complexas relações entre sociedades humanas e seus ambientes ao longo do tempo, desnaturalizando processos frequentemente apresentados como inevitáveis e revelando as dimensões políticas, econômicas e culturais das transformações ecológicas. Este dossiê reúne quinze artigos e uma resenha que dialogam com essa perspectiva, propondo reflexões críticas sobre as intersecções entre meio ambiente, ensino e políticas públicas na América Latina.

O tema deste dossiê e os artigos aqui apresentados são uma resposta à urgência de se pensar historicamente os desafios ambientais, reconhecendo que a educação ambiental e as políticas públicas constituem campos de disputa sobre os sentidos do desenvolvimento, da sustentabilidade e da justiça socioambiental. Os trabalhos aqui reunidos compartilham a compreensão de que não há soluções mágicas para a crise ambiental e que toda resposta é necessariamente política, enraizada em concepções específicas sobre natureza, sociedade, passado e futuro. Mais do que isso, os artigos evidenciam que a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento passa necessariamente pela educação crítica e pela ampla participação da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas.

A organização do dossiê privilegia uma progressão temática que parte dos fundamentos teóricos e conceituais da educação ambiental, avança para a análise de políticas públicas em perspectiva histórica, examina experiências pedagógicas concretas e aprofunda-se em estudos de caso que revelam conflitos territoriais, transformações socioecológicas e lutas por direitos e patrimônio. Esta estrutura cria um percurso que começa com abordagens mais gerais, debatendo as bases conceituais da educação ambiental e os fundamentos teóricos sobre ecologia, passando por questões internacionais e experiências locais, sem perder de vista as articulações entre diferentes escalas de análise.

ISSN 2238-9717 | n. 47, p. 4-9, jan./2026

<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/index>



O dossiê abre com dois artigos que estabelecem fundamentos teóricos para pensar a educação ambiental contemporânea. Edimar Cardoso Ribeiro analisa, em seu artigo, o pensamento ambiental do papa Francisco sobre Ecologia Integral e cidadania ecológica. O autor explora os antecedentes dessas preocupações ambientais em alguns documentos gerados desde o Concílio Vaticano II e, especificamente, nos pontificados de João Paulo II e Bento XVI. Para o pensamento do papa Francisco, Cardoso não apenas aborda a muito difundida Encíclica *Laudato Si'*, mas analisa mais de quarenta documentos entre encíclicas, cartas, exortações, saudações e discursos dirigidos a Estados, organizações da sociedade civil, universidades, participantes em encontros acadêmicos e políticos, dentro e fora do mundo católico. Além de destacar a concepção integral e complexa da crise ecológica e a obstrução das saídas para esta crise a partir de uma política subordinada aos interesses tecnocráticos e econômicos, Cardoso chama a atenção sobre o papel da educação, com um chamado especial ao nível universitário, para a formação da cidadania ecológica.

O segundo artigo, de Guilherme Goretto Rodrigues, Simone da Silva Ribeiro e Dileno Dustan Lucas de Souza explora as relações entre Educação Ambiental e Agroecologia no contexto da formação docente. O texto aborda a necessidade de romper com a hegemonia do capital e construir caminhos para a diversidade de saberes, conhecimentos e formas de produzir a existência humana, referenciados nas demandas populares e nas reais necessidades humanas.

Na sequência, Adrián Gustavo Zarrilli apresenta o caso da educação ambiental na Argentina desde a década de 1970 até a atualidade. Demonstra que, tal como ocorreu em vários países da América Latina, a Conferência de Estocolmo em 1972 representou um marco para a criação das políticas ambientais que se concretizariam nas décadas seguintes. Para a educação ambiental em particular, além da Conferência de Estocolmo, foram fundamentais a Carta de Belgrado (1975) e a Declaração de Tbilisi (1977) pela concepção da educação como parte da estratégia para enfrentar a crise ecológica. No entanto, Zarrilli mostra que a maioria dos marcos normativos e programas nacionais e provinciais estavam desarticulados, e o país só chegou a contar com uma Lei Geral do Ambiente em 2002, o que contrasta com o panorama latino-americano se levarmos em conta casos como os do Brasil (1981), Colômbia (1993), Chile (1994) ou Costa Rica (1995). Mais importante ainda, no artigo se discute a perspectiva “de cima para baixo” em relação à institucionalização da educação ambiental na Argentina. Como contraponto, o autor mostra a relevância dos espaços universitários e escolares para os temas ambientais, desde uma pedagogia crítica (ainda no contexto da ditadura), as ações dos movimentos sociais, as ONGs e comunidades locais. A resistência diante de uma educação

ambiental limitada ao discurso do desenvolvimento sustentável e a resistência aos megaprojetos mineiros, o monocultivo de soja e a desigualdade hídrica, se concretizaram na Lei de Educação Ambiental Integral de 2021, apesar dos desafios para sua materialização.

Também sobre o caso argentino, mas desde uma perspectiva regional, os leitores encontrarão o artigo de Gabriel Leal sobre a província de Misiones. O autor concorda com a identificação de marcos para a educação ambiental argentina como a Conferência de Belgrado e a Lei de Educação Ambiental Integral, mas acrescenta à discussão a influência dos postulados teóricos ambientais nos enfoques ou tendências em educação e a forma pela qual se refletem no currículo. Leal apresenta uma valiosa síntese histórica da educação ambiental desde a década de 1970 desde um ponto de vista global, ligada a objetivos promovidos pela ONU ou por seus organismos especializados, chegando ao caso da Argentina e Misiones. Leal mostra que, na consolidação da educação ambiental, foi fundamental o reconhecimento da relação intrincada entre sociedade e natureza não humana e da crise ecológica, climática e ambiental.

Um ponto específico da província de Misiones, a Gruta Índia e a Caverna El Puma, no município de Garuhapé, são o centro da discussão no artigo de Norma Oviedo. Neste caso, desde a perspectiva da história ambiental, se busca compreender os processos de patrimonialização desses sítios arqueológicos, para a integração de saberes comunitários, educação patrimonial e propostas de turismo sustentável. Oviedo destaca que, além do valor arqueológico, estes sítios se constituíram em espaços de memória, identidade e atração natural. Além da síntese arqueológica e histórica dos sítios, este artigo oferece aos leitores os detalhes de uma experiência de pesquisa-ação, com aplicação de metodologias participativas e uma aposta pela história pública.

Por último, também sobre Misiones, mas na zona fronteiriça com a província de Corrientes, encontramos o artigo de Alejandra Aurora Zorrilla. De um lado, a autora apresenta uma reconstrução das transformações na paisagem dessa região desde o século XVI, mas com ênfase nos séculos XIX e XX com a configuração da produção de erva-mate e a pecuária. Para os objetivos deste dossiê, é de especial interesse a aplicação que Zorrilla faz da história ambiental desta região para a educação ambiental e a síntese de propostas pedagógicas que concretizaram esse vínculo.

Cíntia Verza Amarante amplia a análise ao examinar as diretrizes internacionais das Nações Unidas voltadas à inserção das mulheres no desenvolvimento sustentável entre 1987 e 1995, revelando tensões entre o reconhecimento das mulheres como agentes do desenvolvimento sustentável e a permanência de lógicas capitalistas e coloniais que limitam

avanços efetivos na igualdade de gênero. O trabalho oferece uma contribuição crítica para repensar a educação para o desenvolvimento sustentável em bases verdadeiramente emancipatórias.

O ensino de História e suas relações com a educação ambiental são o tema do artigo de Fadí Campolina Fada e Luciano Magela Roza. A pesquisa analisa livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), problematizando as formas como esse conteúdo é tratado historiográfica e pedagogicamente. O estudo parte da compreensão de que a história escolar configura-se como um campo de disputa sobre os sentidos da questão ambiental no contexto educacional. Nesse cenário, as prescrições curriculares estabelecidas por políticas públicas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o PNLD desempenham papel fundamental na definição de quais narrativas sobre a crise climática chegam às salas de aula.

Complementando essa perspectiva crítica sobre o ensino de História e suas relações com o Meio Ambiental, Silviana Fernandes Mariz e Deivid Carlos da Costa de Souza apresentam a experiência pedagógica desenvolvida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, no Rio Grande do Norte, demonstrando como a articulação entre História Ambiental, história oral e Educação Ambiental crítica fortalece a consciência ecológica e o sentimento de pertencimento, ampliando as possibilidades de formação cidadã e valorização dos saberes locais.

O artigo de Jahzeel Aguilera Lara e Pedro Sergio Urquijo Torres remete os leitores ao caso mexicano através do lago de Pátzcuaro e a crítica às práticas e discursos modernizadores que, há alguns anos, vêm sendo considerados como parte do processo conhecido como Revolução Azul, o equivalente da Revolução Verde nos espaços aquáticos. Além de reconstruir a origem e uso deste conceito inovador, e sua relação com outro termo generalizado, o Antropoceno, Aguilera e Urquijo reconstroem historicamente os antecedentes da exploração piscícola desde o porfiriato e o período pós-revolucionário no México e a forma pela qual, na década de 1930, em Pátzcuaro se introduziram espécies exóticas em conjunto com a cooperação japonesa para sua produção. Adicionalmente, buscou-se evitar ou regular práticas rurais em sua bacia que eram consideradas “irracionais” para o projeto modernizador, relacionadas com a extração de madeiras, a caça e a pesca.

Os conflitos socioambientais e as contradições do modelo desenvolvimentista são analisados no artigo de Matheus Albuquerque Flores e Alfredo Ricardo Silva Lopes, que examinam, em *As Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau como expressão do Capitaloceno: impactos e enchentes no Rio Madeira sob perspectiva da história ambiental*, a

produção social de desastres socioambientais na Amazônia brasileira. A reconfiguração dos territórios realizada na busca de energia para o crescimento econômico produziu novos riscos e vulnerabilidades no Rio Madeira. O artigo aponta que desde as instalações das duas hidrelétricas, novos conflitos ambientais emergiram na região, a partir da transformação do ambiente empreendida pelas obras e funcionamento das usinas. Por fim, os autores defendem que as transformações da dinâmica ambiental do Rio Madeira são fruto da conversão de ecossistemas e comunidades em natureza barata no Capitaloceno.

Aprofundando a discussão sobre a questão das transformações territoriais e socioecológicas, Gilberto Friedenreich dos Santos, Martin Stabel Garrote, Stella Maris Martins Cruz Castelo de Souza Nemetz e Manuela Buzzi analisam as impressões de viajantes sobre a água e a paisagem no Vale do Itajaí, Santa Catarina, nos séculos XIX e início do XX, mostrando como os fluxos de água, inicialmente contemplados pela beleza, tornaram-se progressivamente um problema para o desenvolvimento regional ao causarem enchentes catastróficas.

Fora do dossiê, este número conta com um grupo de interessantes artigos. O artigo de Tania Giovanna Vivas-Barrera e María Isabel González-Gómez reconstrói o processo de desminagem humanitária na Colômbia desde 1997, quando se ratificou a Convenção de Ottawa, até 2021. Em uma pormenorizada análise temporal e espacial, as autoras demonstram a existência de desigualdades regionais, a débil presença estatal em áreas rurais e afastadas, o papel das organizações não governamentais nacionais e internacionais, o balanço após o acordo de paz com a guerrilha das FARC, em 2016, e a passagem de uma desminagem técnica a uma focada nos direitos humanos e na gestão territorial e ambiental.

Geovanni Rocha Junior investiga, no artigo intitulado *A distensão social e a transição política em Florianópolis, 1974-1985*, a atuação do então prefeito da capital Catarinense e discute a retórica da abertura política promovida nos anos finais da Ditadura Militar. Para Rocha Júnior, a retórica da abertura também tinha função de acalmar as tensões produzidas pela crescente urbanização acelerada da cidade. Nesse sentido, o autor defende que as ações populares da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) tinham como objetivo neutralizar conflitos sociais e aumentar seu apoio popular. Tudo isso ocorria enquanto o regime militar buscava preservar a estrutura autoritária que garantia seu poder.

Jefferson Virgílio analisa a evolução histórica e demográfica da população Laklãnõ (Xokleng) no sul do Brasil desde o início do século XX até 2025, evidenciando profundas oscilações populacionais associadas à colonização, às frentes de expansão territorial e às políticas de confinamento, seguidas por processo recente de recuperação demográfica. Estes

estudos demonstram que a dinâmica das populações tradicionais não pode ser compreendida de forma linear, exigindo a articulação entre dados quantitativos, contexto histórico e experiências sociais vividas.

O dossiê encerra com a resenha de Marina Andrioli sobre o livro “Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, política e destruição, 1930-1966”, de Rômulo de Paula Andrade, obra que sintetiza muitas das preocupações presentes nos artigos reunidos neste volume ao examinar as relações entre desenvolvimentismo, políticas públicas e destruição ambiental na Amazônia brasileira ao longo de quatro décadas do século XX.

Em seu conjunto, os trabalhos aqui reunidos evidenciam que o Meio Ambiente, o Ensino e as Políticas Públicas precisam estar comprometidos com a transformação social. Só assim se tornarão um caminho possível para enfrentar a realidade atual e contribuirão para o enfrentamento da crise socioambiental que se apresenta. Mais do que compartilhar informações sobre problemas ambientais, trata-se de construir processos formativos que permitam compreender as raízes históricas das crises que vivemos, identificar os atores sociais e os interesses econômicos envolvidos, reconhecer as alternativas em disputa e fortalecer a capacidade de participação da sociedade na construção de futuros mais justos e sustentáveis. As políticas públicas, por sua vez, não podem ser pensadas como ferramentas técnicas apenas, mas como resultados de correlações de forças sociais, expressões de projetos políticos específicos e campos de disputa permanente sobre os sentidos do desenvolvimento e da relação entre sociedade e natureza

Este dossiê oferece, portanto, contribuições relevantes para pesquisadores, educadores e gestores públicos interessados em compreender e transformar as relações entre meio ambiente, ensino e políticas públicas. Ao reunir experiências de diferentes países latino-americanos e de distintas escalas territoriais, o volume evidencia tanto desafios comuns quanto especificidades regionais, contribuindo para a construção de perspectivas críticas e contextualmente situadas sobre a educação ambiental e as políticas de desenvolvimento sustentável.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Profa. Dra. Susana Cesco (Unirio)

Prof. Dr. Alfredo Ricardo Silva Lopes (UFSC)

Profa. Dra. Katherinne Giselle Mora Pacheco (Pontificia Universidad de Javeriana)

Organizadores do Dossiê *Meio Ambiente, Ensino e Políticas Públicas*